

Artigo científico

## Dificuldade do acesso a higiene menstrual no Brasil: Uma revisão de literatura

Difficulty of access to menstrual hygiene in Brazil: A literature review

Israel Campos<sup>1</sup>, Natalia Silva Costa<sup>2</sup>, Rayssa dos Santos Santana<sup>3</sup>, Samilli Lima Alves<sup>4</sup>,  
Thayana de Jesus Ribeiro<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia- UFBA, Santo Antônio de Jesus, Bahia. E-mail: isracamposedh@gmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde/ Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, campus de Ciências da Saúde, Santo Antônio de Jesus, Bahia. E-mail: nataliasilvacos@aluno.ufrb.edu.br.

<sup>3</sup>Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde/ Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, campus de Ciências da Saúde, Santo Antônio de Jesus, Bahia. E-mail: 05santana.rayssa@gmail.com.

<sup>4</sup>Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde/ Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, campus de Ciências da Saúde, Santo Antônio de Jesus, Bahia. E-mail: samililimaalves@gmail.com.

<sup>5</sup>Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde/ Enfermagem pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, campus de Ciências da Saúde, Santo Antônio de Jesus, Bahia. E-mail: thyanaribeiro@aluno.ufrb.edu.br.

**Resumo:** Milhares de pessoas em vulnerabilidade social no Brasil estão sendo afetadas pela pobreza menstrual. Este fenômeno caracteriza-se pela falta de acesso a produtos de higiene menstrual, devido à ausência de recursos financeiros para adquiri-los, impedindo uma parcela da camada social de viver uma vida saudável e digna durante o mês. A carência de produtos de higiene, a ausência de informação e a estigmatização social acarreta a utilização de métodos insalubres e perigosos, colocando em risco a saúde física e emocional dos indivíduos. Além disso, existe uma correlação entre a pobreza menstrual e a ausência de políticas públicas efetivas para o exercício dos direitos dos cidadãos que serão abordados nessa revisão. No Brasil, pessoas de baixa renda são as mais afetadas pela falta de acesso a itens básicos de higiene. A inércia governamental no fomento de políticas públicas eficazes que garantam o acesso universal e gratuito a absorventes e outros produtos de higiene íntima maximizam a pobreza menstrual no país. Cidadãos brasileiros tornam-se vulneráveis cotidianamente devido à falta de informações sobre as consequências desse cenário precário e às dificuldades para obter produtos de higiene. É essencial que o estado desenvolva e fiscalize o exercício de prerrogativas públicas para combater a pobreza menstrual no Brasil, garantindo os direitos de uma saúde de qualidade, além disso, que a população brasileira seja conscientizada sobre os benefícios constitucionais e males que estão sujeitos ao não gozarem das suas garantias.

**Palavras-chave:** Menstruação, Vulnerabilidade, Higiene, Desigualdade, Absorventes.

**Abstract:** Thousands of socially vulnerable people in Brazil are affected by menstrual poverty. This phenomenon is characterized by the lack of access to menstrual hygiene products, due to the absence of financial resources to purchase them, preventing a portion of the social stratum from living a healthy and dignified life during menstruation. The lack of hygiene products, the absence of information and social stigmatization lead to the use of unhealthy and dangerous methods, putting individuals' physical and emotional health at risk. In addition, there is a correlation between menstrual poverty and the absence of effective public policies for the exercise of citizens' rights, which will be addressed in this review. In Brazil, low-income people are the most affected by the lack of access to basic hygiene items. The government's failure to promote effective public policies that guarantee universal and free access to sanitary pads and other intimate hygiene products maximizes menstrual poverty in the country. Brazilian citizens become vulnerable on a daily basis due to the lack of information about the consequences of this precarious scenario and the difficulties in obtaining hygiene products. It is essential that the state develops and supervises the exercise of public prerogatives to combat menstrual poverty in Brazil, guaranteeing the rights of quality health care, and that the Brazilian population is made aware of the constitutional benefits and evils they are subject to if they do not enjoy their guarantees.

**Keywords:** Menstruation, Vulnerability, Hygiene, Inequality, Absorbents.

### 1 Introdução

De acordo com a Organização das Nações Unidas, o acesso à higiene menstrual é considerado uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Ainda que esse assunto tenha sido repercutido e ganhado visibilidade, na atualidade, a falta de itens básicos para a garantia da higiene menstrual, também conceituada como pobreza menstrual, no Brasil, ainda é digna de elaborações mais efetivas e investimentos mais vigorosos.

A carência da dignidade menstrual afeta parte da população que menstrua e pode ser ocasionada pela falta de recursos financeiros para produtos de higiene necessários ao período de menstruação, falta de infraestrutura sanitária adequada e pela ausência de informação sobre esse período do ciclo reprodutivo. Embora tenhamos avançado em alguns aspectos relacionados à menstruação, ainda é notório que essa questão permanece invisibilizada e permeada por preconceitos na contemporaneidade. Esses desafios persistem como obstáculos adicionais na luta contra a precarização menstrual.

Portanto, é crucial a discussão acerca da dificuldade do acesso à higiene menstrual no Brasil, porquanto a precarização menstrual representa estorvos para o desenvolvimento das pessoas que menstruam, perturbando seu bem-estar físico e mental, impedindo, ocasionalmente, que essas pessoas colaborem no meio social em que estão inseridas. Dessa forma, a pobreza menstrual é caracterizada como um entrave na vida de muitas pessoas que menstruam, uma vez que nega o direito a uma vida social saudável.

Esse estudo visa evidenciar aspectos inerentes a essa problemática no Brasil, apresentando conceitos fundamentais para análise do tema, salientando como a pobreza menstrual pode afetar outras áreas da saúde do indivíduo que menstrua, além de expor iniciativas que têm sido implementadas para enfrentar essa questão no contexto brasileiro.

## 2 Material e Métodos

Nesse artigo, a metodologia empregada consistiu em uma revisão literária voltada para o tópico "Dificuldade do acesso a higiene menstrual no Brasil: uma revisão de literatura", principalmente com base nas plataformas SciELO e Google acadêmico, trazendo resumo na Língua Inglesa.

A revisão literária permite analisar e sintetizar estudos anteriores sobre o assunto, fornecendo uma visão abrangente do tema e fundamentando as conclusões do artigo. Além disso, foram utilizadas fontes de informação confiáveis, como artigos científicos, relatórios de organizações nacionais e internacionais e dados estatísticos oficiais, para embasar a discussão sobre a pobreza menstrual e suas implicações sociais, econômicas e de saúde.

Outrossim, foram analisados 12 artigos, entre os anos 2009 e 2024. "Menstruação, Vulnerabilidade, Higiene, Desigualdade e Absorventes" foram as palavras-chave utilizadas para identificar artigos pertinentes à pesquisa em questão nessas plataformas mencionadas. Logo, entre as publicações que apareceram, as escolhidas foram as que abordaram de modo mais abrangente e aprofundada a temática.

Os critérios de inclusão para a seleção artigos científicos sobre a pobreza menstrual foram os seguintes: a importância do estudo para melhorar a compreensão da questão da pobreza menstrual, a metodologia utilizada para coletar e analisar os dados, a atualidade e qualidade do periódico científico em que o artigo foi publicado, e a clareza na apresentação dos resultados e conclusões do estudo. Por outro lado, os critérios de exclusão incluem artigos que abordam o tema de forma superficial, não têm base teórica suficiente, são muito antigos e não refletem a realidade atual da pobreza menstrual, apresentam conflitos de interesse ou viés ideológico e não trazem contribuições significativas ao tema.

## 3 Menstruação e a higiene menstrual

A menstruação é um processo fisiológico saudável e natural do corpo de quem menstrua, caracterizada por alterações hormonais e pelo sangramento causado pela descamação do útero quando não há fecundação. No Brasil, cerca de 30% da população menstrua (BAHIA, 2021). Sendo assim, embora seja um fator relacionado a função reprodutiva, a menstruação, acaba interferindo no dia a dia das mulheres, que lidam com interferências que vão além dos desconfortos ocasionados pela menstruação como a desinformação, mitos e tabus ainda existentes na sociedade (RODRIGUES; BOTELHO, 2022).

A menarca, nome dado a primeira menstruação, ocorre geralmente entre os 11 aos 16 anos, marcando o início da puberdade. Ela marca não só o início de uma produção hormonal cíclica, mas também de atribuições culturais e sociais para o desenvolvimento psicossocial. Assim, as pessoas que menstruam precisam, mensalmente de absorventes, medicamentos, água potável, sabão e banheiro adequado para a administração da higiene menstrual, sua ausência incide no que conceituamos pobreza menstrual.

Apesar de a higiene menstrual ser um direito estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, a precariedade menstrual é algo presente. Tal cenário persiste devido a desigualdade social, a falta de informações e a estigmatização da menstruação, o que acaba por restringir e limitar a participação de meninas e mulheres em atividades do cotidiano. Vê-se, portanto, que o acesso a higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos.

A promoção e proteção da dignidade humana são pilares essenciais do Estado brasileiro, e a garantia de direitos sociais como educação, assistência social e saúde contribui para garantir a integridade dos cidadãos. Desse modo, é válido afirmar que a menstruação esta intrinsecamente relacionada a dignidade humana (BAHIA, 2021), visto que quando indivíduos não tem acesso a meios adequados e condições sanitárias para gerenciar sua higiene menstrual, sua capacidade de lidar com a menstruação de forma apropriada é comprometida. Logo, pensar nos cuidados da menstruação nada mais é do que menstruar de forma digna.

### 3.1 Designação de pobreza menstrual

A pobreza menstrual, também chamada de precariedade menstrual é um fenômeno complexo e abrangente, atribuído a pessoas que menstruam, afetando não somente mulheres e meninas, mas também homens trans e pessoas não binárias. Sua definição pode ser caracterizada como a insuficiência de saneamento básico, medicamentos voltados à saúde menstrual e

informações sobre a menstruação, bem como a falta de acesso a produtos básicos de higiene pessoal durante o período menstrual para a manutenção do ciclo (UNICEF, 2021).

O relatório “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos” (UNFPA; UNICEF, 2021), consta que 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em suas casas. Nesse contexto, é notório que um dos fatores que contribuem com a pobreza menstrual é a desigualdade socioeconômica, uma vez que famílias que vivem em situação de vulnerabilidade tendem a não ter acesso a serviços de saneamento básico e disponibilizam uma menor parte de seu orçamento para a higiene menstrual, já que muitas vezes a alimentação é uma prioridade (RODRIGUES; BOTELHO, 2022).

Apesar de o absorvente ser amplamente reconhecido como um item de higiene essencial, sua acessibilidade nem sempre é garantida, principalmente devido à alta taxa de tributação que incide sobre esses produtos (BRITOS; SIQUEIRA, 2024). Assim, a compra de absorvente torna-se um desafio para muitas famílias, resultando no uso de alternativas inadequadas e insalubres como sacolas plásticas, papel higiênico, jornais e até mesmo miolo de pão.

O uso desses meios improvisados para fazer controle da menstruação pode acarretar sérios problemas de saúde, como infecções, alergias e complicações ginecológicas, colocando em risco o bem-estar de pessoas menstruantes ou com ciclo menstrual ativo. Dessa forma, os serviços básicos de higiene são essenciais para manter a dignidade menstrual e para o bom desenvolvimento individual dessas pessoas. Sendo assim, faz-se necessário investimento na saúde menstrual para evitar tais problemas.

### 3.2 O cenário da saúde acometido pelo óbice da dificuldade do acesso a higiene menstrual adequada

A falta de acesso a produtos de higiene pessoal, especialmente relacionados à saúde íntima, é um estorvo significativo que afeta grande parcela da camada social. A carência de itens menstruais apropriados pode levar ao uso de materiais improvisados, o que pode causar alergias, irritações na pele e mucosas, além de infecções como a candidíase, e até uma condição conhecida como Síndrome do Choque Tóxico, que pode levar o indivíduo a óbito (UNICEF, 2021). Com sua caracterização inicial em 1953, a Síndrome do Toque Tóxico inclui manifestações clínicas específicas, como descamação em pés e mãos, comprometimento muscular, hiperemia, faríngea e conjuntival, sintomas gastrointestinais e insuficiência renal aguda de rápido desenvolvimento, sendo uma alteração na saúde que deve ser solucionada o mais rápido possível (AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS, 2009).

As infecções no trato reprodutivo (ITR) é um importante fator de saúde pública. A proporção dessas infecções pode ser atribuída ao manejo inadequado da higiene menstrual (MIHM), as ITR consideradas de maior relevância para MHM são infecções endógenas, vaginite bacteriana e candidíase. Esses desequilíbrios vaginais podem ser introduzidos no trato reprodutivo por meio de materiais inadequados usados para absorver o sangue menstrual ou por falta de higiene pessoal durante o período menstrual (ATASHILI et al., 2008). É importante ter em vista que a parcela populacional que menstrua está em estado de vulnerabilidade devido à dificuldade de acesso a produtos íntimos adequados, ficando mais suscetíveis a doenças ginecológicas e perdendo sua dignidade até mesmo na participação social das atividades primordiais, como o exercício da educação, visto que mais de 3 milhões de estudantes frequentam instituições de ensino com estrutura carente de higiene, como banheiros em condições precárias, sem papel higiênico e produtos íntimos (UNICEF, 2021).

Apesar de inúmeros itens disponíveis no mercado atualmente para tornar o período menstrual mais confortável, o contraste da precariedade menstrual no horizonte brasileiro é preocupante, visto que cerca de mais de 6% da população vive em condições de extrema pobreza, ou seja, sobrevivendo com menos de U\$ 1,90 por dia (o equivalente a menos de R\$ 200 por mês segundo cotação vigente em 2019) e cerca de mais de 50 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza. Nesse sentido, é de urgência a necessidade do enfrentamento da pobreza e da desigualdade social para que o problema da pobreza menstrual seja sanado e a dignidade desses indivíduos seja restaurada com o acesso a higiene menstrual. (UNFPA, 2021).

### 3.4 O panorama atual de políticas públicas no combate à pobreza menstrual

Não é uma novidade que milhares de mulheres, meninas e pessoas que menstruam vivem em um contexto de pobreza menstrual. Ao longo do ano 2021, vários estudos examinaram o problema de acesso à absorventes e à condições de higiene básicas necessárias para garantir a saúde física e emocional dessas pessoas. Mais de 4 milhões de meninas (38,1% do total das estudantes) frequentam escolas com a privação de requisitos mínimos de higiene, de acordo com um relatório publicado pela UNICEF (2021). Então, estão totalmente privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na sua escola, pois 200 mil alunos não têm acesso à itens de higiene básica na escola. No Brasil, 713 mil pessoas não têm banheiro ou chuveiro em seu domicílio. A falta de acesso à serviços de água, saneamento e higiene adequados tem um impacto direto no desenvolvimento socioemocional, autoestima e confiança, bem como na pobreza menstrual.

Além disso, as pessoas podem não ir à escola por causa de problemas com a menstruação. De uma perspectiva pública, existem duas abordagens complementares para abordar essa realidade. A primeira diz respeito ao fornecimento gratuito de produtos de higiene menstrual às pessoas com dificuldades financeiras e a segunda diz respeito ao fato de que esses produtos não serão tributados. Em relação ao primeiro instrumento, a Lei no 14.214 foi aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2021 para estabelecer o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que forneceria absorventes gratuitos a pessoas que vivem em condições economicamente desfavoráveis. Como resultado, os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) seriam aplicados. Milhares de pessoas poderiam ser libertadas da pobreza menstrual e das restrições à seus direitos básicos se a medida fosse implementada, isso representaria um avanço significativo. Ainda assim, o Presidente Jair Bolsonaro, no mesmo ano, vetou os dispositivos com base em alegações infundadas de que a medida era insuficiente em termos financeiros.

No entanto, em 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a criação do Programa Dignidade Menstrual por meio de um decreto. Essa iniciativa visa fornecer absorventes gratuitos às pessoas de baixa renda que estão matriculadas em escolas públicas ou que estão em situação de vulnerabilidade. O "Programa Dignidade Menstrual: um ciclo de respeito" é o tema de uma campanha de orientação iniciada pelo Ministério da Educação (MEC) em escolas públicas de todo o país. Os indivíduos que têm entre 10 e 49 anos (idade considerada fértil) são elegíveis para receber absorventes gratuitos do Programa Farmácia Popular, e estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal. Mais de 31 mil farmácias credenciadas em todo o Brasil estão preparadas para fornecer o item de higiene aos indivíduos que têm direito à ele. Para retirar o absorvente, a pessoa deve apresentar a autorização emitida pelo Aplicativo Meu SUS Digital e um documento com foto.

Com 1.077.465 beneficiados, o Nordeste é o estado com mais pessoas atendidas. A Bahia é o estado com mais pessoas beneficiadas, com 210.639; o Ceará é o segundo com 206.055 pessoas atendidas.

Em nível estadual, Ceará e São Paulo já aprovaram leis que permitem a distribuição em escolas públicas estaduais. No Rio, por outro lado, materiais sanitários, absorventes e cestas básicas fornecidas pelo governo do Estado foram distribuídos. As proposições legislativas para zerar ou diminuir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nesses produtos estão sendo discutidas em pelo menos outros 7 Estados e o DF. Até agora, pelo menos dez propostas do governo federal abordam o assunto de alguma forma, desde redução de impostos até distribuição em escolas.

Além disso, os setores público e privado se unem para promover a dignidade menstrual. As iniciativas "Água e Higiene nas Escolas" e "Dignidade Menstrual" do UNICEF, em parceria com a SEMPRE LIVRE® e CAREFREE® ajudam 45 mil adolescentes em Recife e São Luís, doando 90 mil pacotes de absorventes, sendo dois para cada adolescente. Além disso, 1.310 adolescentes participaram de oficinas que incentivaram o desenvolvimento de competências para a vida, empoderamento e saúde menstrual.

A Needs também é um parceiro. Por meio do movimento #PraQuemMenstrua, eles ajudaram dez mil pessoas com a doação de trinta mil pacotes de absorventes, três para cada um, além de materiais de conscientização sobre o assunto. Além disso, cerca de 4 mil adolescentes participaram de 65 rodas de conversa que discutiram direitos sexuais e direitos reprodutivos, com ênfase na dignidade menstrual. O movimento #PraQuemMenstrua ajuda a melhorar a saúde menstrual em comunidades vulneráveis de Belém, no Pará. Por meio desse movimento, parte da receita da linha de absorventes Needs é revertida para o UNICEF. A Americanas S.A. agora se uniu aos esforços de SEMPRE LIVRE®, CAREFREE® e Needs para ajudar cerca de 4 mil crianças, adolescentes e educadores em municípios do interior de estados do norte do Brasil com atividades relacionadas ao tema da dignidade menstrual, bem como a distribuição de kits de higiene a adolescentes e instituições educacionais.

#### 4 Resultados

Foram selecionados 4 artigos para o estudo. Para analisar e sistematizar os dados obtidos, criou-se um quadro contendo as seguintes informações de cada artigo: título, autor/ano, objetivo e tipo de estudo, ordenados abaixo por ordem cronológica.

Quadro 1 - análise dos trabalhos acadêmicos de acordo com título, autor/ano, objetivo e tipo de estudo.

TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVO	TIPO DE ESTUDO
Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos.	UNFPA/UNICEF; 2021.	Apontar a urgência de termos não só mais estudos produzidos sobre a pobreza menstrual com um olhar mais quantitativo, mas também sobre a necessidade da coleta de mais dados referentes à pobreza menstrual.	Revisão bibliográfica.
Pobreza menstrual e políticas públicas no Brasil.	SHIRAIISHI, et al., 2022.	Analisar e descrever as políticas públicas, no Brasil, que abordam a pobreza menstrual.	Revisão sistemática da literatura.
Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam.	MAGAN, et al., 2023.	Investigar os impactos da pobreza menstrual na saúde de pessoas que menstruam.	Revisão de literatura integrativa.
O backlash antidignidade menstrual no Executivo brasileiro: quando falta dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo.	BRITO, LORENNA; SIQUEIRA, MARIANA., 2024.	Análise do discurso presidencial no que tange aos insumos previstos pelo projeto de lei, e, ainda, delimita a categoria epistemológica do conceito de mulher.	Metodologia descritiva e exploratória, com natureza qualitativa.

Fonte - quadro de elaboração própria dos autores.

## 5 Discussão

Sabemos que a menstruação tem uma influência significativa na vida das pessoas que menstruam, e no Brasil, uma parcela considerável da população que menstrua enfrenta dificuldades nesse aspecto. Com base nas pesquisas realizadas, entendemos que parte dessa população brasileira não tem acesso à dignidade menstrual que deveria ser garantida a todos que menstruam. Fundamentado nos artigos supracitados no quadro, constatou-se que não há uma solução única para enfrentar a pobreza menstrual, pois essa questão está ligada a várias dimensões desiguais. Entre essas dimensões, destaca-se a desigualdade socioeconômica, conforme abordado por (BRITO; SIQUEIRA, 2024, p. 19) quando expõe que:

Ainda, é recorrente que as pessoas com o ciclo menstrual ativo não tenham compreensão sobre esse evento biológico, sendo o quadro agravado se a pessoa menstruante é de baixa renda, pois tem de escolher entre comprar alimentos ou um item higiênico. O absorvente, nesse contexto, torna-se um artigo de luxo (BRITO; SIQUEIRA, 2024, p. 19).

Atualmente, existem medidas que visam solucionar essa problemática no Brasil. Iniciativas como o Programa Dignidade Menstrual e o Programa Farmácia Popular, além de outras ações desenvolvidas por marcas de sucesso no ramo de absorventes descartáveis, têm o intuito de diminuir a dificuldade de acesso à dignidade menstrual. No entanto, é importante ressaltar a necessidade de mais projetos nesse âmbito e a elaboração mais eficaz dos programas vigentes. Um dos artigos científicos selecionados discute acerca dessas políticas, evidenciando a falta de vigor no cumprimento das leis voltadas para essa questão, concluindo que:

Depender apenas de doações implica um grau elevado de instabilidade, o que não garante saúde e assistência integral a pessoas menstruando. Isso só seria possível com a realização de políticas públicas eficientes voltadas para essa demanda social. Dessa maneira, mesmo que haja negligências e poucas discussões por parte das autoridades para garantia mínima da dignidade menstrual, fica claro que tais políticas têm fundamental importância e relevância para a redução e resolução dos problemas causados pela PM. (SAYURI, et al., 2022, p. 4).

Para além, a educação menstrual é um fator fundamental quando falamos de dignidade menstrual, já que essa informação é essencial para situar as pessoas que menstruam no manejo do seu corpo e das ferramentas necessárias para esse período do ciclo reprodutivo. Assim, pode-se conceituar a educação menstrual como “Amplio acesso à informação sobre o ciclo menstrual, contemplando-se a perspectiva biológica, emocional, social e as questões de sustentabilidade.”(BAHIA, 2021, p. 9).

Por fim, vale destacar que muitas pessoas que vivem em condição de precariedade menstrual utilizam meios improvisados para lidar com sua menstruação, o que pode acarretar problemas de saúde em outras áreas do corpo. Portanto, entendemos que, para alcançar a dignidade menstrual merecida para todas as pessoas que menstruam, é necessário buscar soluções que visem resolver essas adversidades e garantir o direito a uma vivência saudável na sociedade, promovendo maior bem-estar, confiança e autoconhecimento, além da melhoria das questões de saúde integral, ginecológica e mental (SAYURI, et al., 2022, p. 4).

## 6 Conclusão

Levando em consideração o que foi exposto, nota-se que a higienização íntima no período menstrual é fulcral para o desenvolvimento de uma vida digna. Nesse sentido, observando os dados analisados na revisão integrativa de literatura, salienta-se que a assimetria higiênica vivenciada pela camada populacional que menstrua está ligada à inércia governamental devido a ausência da garantia de itens de higiene básicos.

Sob essa ótica, conclui-se que essa problemática é pouco abordada na literatura científica, sendo imprescindível a abordagem desse quadro com uma revisão integrativa de literatura. Nesse contexto, torna-se essencial para além das prerrogativas já criadas, a criação de outras políticas públicas com maior eficácia que visem a mitigação do horizonte de pobreza menstrual em todo o país, bem como, para o combate da desinformação à cerca desse viés, de modo a garantir um ciclo menstrual saudável e digno.

## Referências

ABD, N. A. E. et al. Assessment of Dysmenorrhea and Menstrual Hygiene Practices among Adolescent Girls in Some Nursing Schools at EL-Minia Governorate, Egypt. *Journal of American Science*, New York, v. 7, n.9, p. 216-223, oct. 2011. Disponível em: [http://www.aun.edu.eg/uploaded\\_full\\_txt/24808\\_full\\_txt.pdf](http://www.aun.edu.eg/uploaded_full_txt/24808_full_txt.pdf). Acesso em: 20 jul de 2024.

American Academy of Pediatrics. Staphylococcal infections. In: Pickering IK, Baker C], Kimberlin OW, Long SS, eds. *Red Book: 2009 Report of the Committee on Infectious Diseases*. 28" ed. Elk: Grove Village, IL: American Academy of Pediatrics; 2009. p. 601-15. Acesso em: 18 jul. de 2024.

BAHIA, L. Livre Para Menstruar: pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://livreparamenstruar.org/download/4102/>. Acesso em: 19 jul. de 2024.

BRITO, L. M. T. de; SIQUEIRA, M. de. O backlash antidignidade menstrual no Executivo brasileiro: quando falta dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo. Revista Direito GV, São Paulo, v. 20, e2411, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202411>. Acesso em 19 jul. de 2024.

MAGAN, E. D. A.; ALMEIDA, M. N.; FIGUEREDO, S.; OLIVEIRA, A. H M de. Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam. Revista Brasileira de Educação, Saúde e Bem-estar, [S. l.], v. 1, n. 2, 2023. DOI: 10.29327/2335218.1.2-6. Disponível em: <https://rebesbe.emnuvens.com.br/revista/article/view/27>. Acesso em: 18 jul. de 2024.

PISCITELLI, T. Agendas para o combate à pobreza menstrual. COMOSEFAZ, 2023. Disponível em: <https://comsefaz.org.br/novo/agendas-para-o-combate-a-pobreza-menstrual/#:~:text=No%20que%20se%20refere%20ao,em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20vulnerabilidade%20econ%C3%B4mica>. Acesso em: 19 jul. de 2024.

REPÚBLICA, Presidência da. Veto Parcial - Projeto de Lei nº 4.968, de 2019 / Lei nº 14.214, 6 de outubro de 2021. Acesso em: 19 jul de 2024.

RODRIGUES, J. V.; BOTELHO, D. G. A pobreza menstrual como fator de desigualdade social é violação de direitos no Brasil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 527–544, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i11.7581. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7581>. Acesso em: 17 jul. de 2024.

SAÚDE, Ministério da. GOV.BR, 2024. MEC orienta sobre o Programa Dignidade Menstrual. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/mec-orienta-sobre-o-programa-dignidade-menstrual>. Acesso em: 19 jul. de 2024.

SHIRAIISHI, L. S.; SILVA, V. C. A.; BEZERRA DOS SANTOS, A. C. Y. M.; RODRIGUES, J. G.; NASCIMENTO, D. C. M. do; DE SÁ, M. M.; DA ROCHA, I. C.; ALCHORNE TRIVELIN, M. L. de O. de A. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil / Menstrual Poverty and Public Policies in Brazil. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 10715–10729, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-150. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43943>. Acesso em: 19 jul. de 2024.

UNFPA, UNICEF. Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 18 jul. de 2024.